

TEMA: RAÇA: ORIGENS E TRANSFORMAÇÕES

Olá estudantes! Na última semana introduzimos vocês aos marcadores sociais da diferença que, além de ferramentas, são conceitos que auxiliam na tarefa sociológica de compreender o funcionamento de uma sociedade. Esta semana vamos conhecer a trajetória do conceito de raça e identificar as origens da discriminação racial no Brasil.

O encontro, a partir do século XV, entre os europeus colonizadores e as sociedades das Américas, da África e da Ásia marca o nascimento da sociedade moderna tal como a conhecemos hoje. A busca ávida por riquezas e poder levou os europeus a entrarem em contato com uma diversidade de sociedades muito diferentes das deles. Por séculos, essas diferenças inspiraram debates calorosos, inclusive religiosos, a respeito da humanidade dos povos colonizados e escravizados. “Seriam eles tão humanos como nós? Ou seriam animais? Teriam eles almas? Seriam eles amaldiçoados?”, perguntariam-se os invasores.

É apenas no século XIX, com o estabelecimento da ciência moderna, que começaram as tentativas mais “científicas”, dos agora grandes impérios europeus, de explicar as diferenças entre os povos da Terra.

Dois teorias principais viraram moda na época: o Evolucionismo e o Darwinismo Social. O Evolucionismo defendia que as diferenças entre as sociedades mais “simples”, dos povos colonizados, e as mais “complexas”, dos povos europeus podiam ser explicadas pelos seus distintos graus de evolução. Esta teoria classificava os povos em uma escala de três estágios: Selvageria, Barbárie e Civilização. O principal critério desta escala era o nível de progresso tecnológico de cada sociedade.

De forma parecida, o Darwinismo Social classificava os povos em mais e menos evoluídos, mas construía argumentos biológicos defendendo que as diferentes características físicas (os fenótipos) dos povos do mundo determinavam diferentes capacidades intelectuais e morais entre eles.

Essas teorias posicionavam os europeus brancos no topo da escala evolutiva social e biológica da humanidade. É justamente neste contexto que surge a noção de raça. Neste primeiro momento, o conceito é utilizado pelos europeus não só para explicar as diferenças, mas para criar uma hierarquia racial entre os povos. Ao considerar os brancos como a raça superior e mais civilizada do mundo, essas teorias justificavam a dominação, a exploração e o extermínio colonial dos povos pelos europeus. Isso tudo, claro, camuflado pelo discurso de que era um dever moral do “homem branco” civilizar os povos selvagens e bárbaros. A “missão civilizatória” era o “fardo do homem branco”. Este modo de compreender as diferenças gerou preconceitos e estereótipos sobre as populações dominadas, vistas como feias, atrasadas, inferiores, preguiçosas, perigosas e intelectualmente incapazes.

E no Brasil? Nessa mesma época, a classe dominante brasileira e seus “homens de ciência” eram influenciados por esse conjunto de teorias, também conhecido como Racismo Científico, e buscavam explicar a realidade nacional. Ora, e qual era essa realidade? O Brasil havia sido o maior importador mundial de escravizados africanos dos últimos 300 anos, sendo também o último país a abolir a escravidão em 1888. Sua população era significativamente indígena, preta e mestiça. Ou seja, para as elites brancas, oligárquicas e escravocratas - que acreditavam na hierarquia racial, a presença predominante dessas “raças inferiores” no Brasil representava um obstáculo para o progresso da nação.

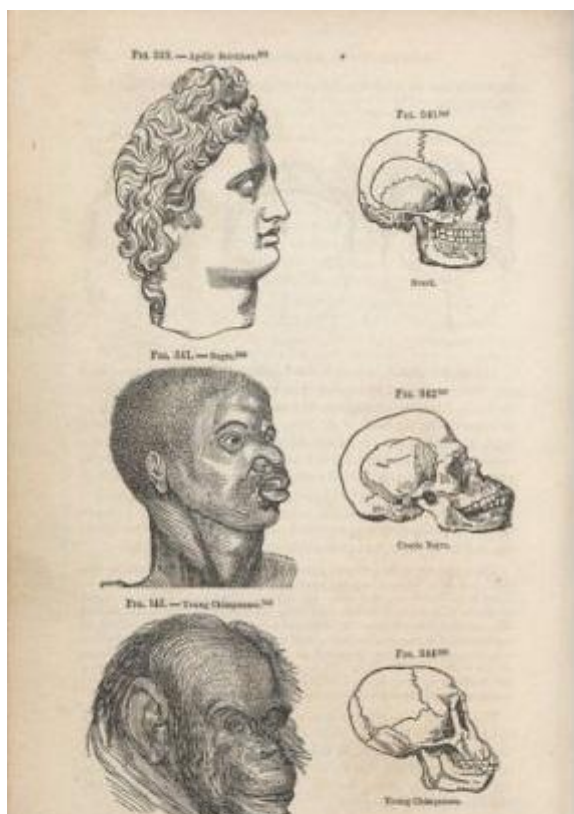
A Teoria da Eugenia, também integrante do Racismo Científico, foi defendida pela elite e seu Estado. Essa teoria defendia a separação das raças, a ideia de que sua mistura trazia a decadência racial e social e de que havia a necessidade de um “melhoramento genético” da população. Com isso, o Estado passou a implementar políticas eugenistas de “branqueamento” da população. A política de imigração de europeus, principalmente italianos e alemães, foi uma das mais famosas políticas eugenistas. Essa política eugenista apresentava duas faces: ao mesmo tempo que o Estado incentivava ativamente a vinda de europeus brancos, por

omissão, ele não promovia nenhuma política de integração da população preta e mestiça recém liberta, dificultando a suas condições de sobrevivência.

Os avanços nas ciências e, sobretudo, nas Ciências Sociais na primeira metade do século XX, promoveram uma drástica transformação na compreensão do conceito de raça. A Biologia estabeleceu que não existiam raças distintas, mas apenas uma raça humana. Mas o quê então tornava as sociedades humanas tão diferentes umas das outras? Sua cultura! Agora entendia-se cultura no plural: existia uma diversidade de culturas no mundo. Essa compreensão permitiu enfraquecer a ideia de hierarquia racial tão útil para a dominação colonial. Vigorava agora a ideia do Relativismo Cultural, ou seja, de que na diversidade cultural cada cultura tinha sua luz própria e de que não era possível classificar uma como superior ou inferior a outra. A crítica ao Racismo Científico era de que ele era etnocêntrico. O etnocentrismo acontece quando uma sociedade usa os valores da sua própria cultura para julgar culturas de outras sociedades. Foi exatamente o que os europeus fizeram com as outras sociedades por séculos, julgaram-nas como atrasadas por não serem parecidas com as deles e por não terem as mesmas tecnologias industriais.

O Relativismo Cultural também influenciou as explicações sociológicas sobre a sociedade brasileira. Gilberto Freyre foi um antropólogo que influenciou bastante a transformação da noção de raça no país. Em sua obra, *Casa Grande e Senzala* (1933), ele afirmava que a colonização portuguesa havia tornado o Brasil um país menos racista que os outros. O fato de Portugal ter sido ele mesmo, por séculos, colonizado pelos mouros, de cultura árabe, tornava-o um país mestiço. Com isso, a colonização portuguesa teria sido menos racializada e mais propensa à miscigenação. A miscigenação seria para Freyre algo positivo, uma vantagem civilizatória do Brasil. Aqui as três culturas - indígena, africana e portuguesa teriam se encontrado e contribuído ricamente para a construção da cultura nacional. Característica marcante do Brasil seria então manter relações raciais harmônicas, sem os conflitos abertos que existiam em países como os Estados Unidos ou a África do Sul. Freyre interpretou o Brasil como uma espécie de "paraíso racial".

O trabalho de Freyre foi tão marcante para a explicação do Brasil que acabou gerando a noção de Democracia Racial. Aqui, não teríamos grandes problemas de ordem racial e todos os grupos raciais viveriam em paz e misturados. A ideia de Democracia Racial acabou se tornando uma "ideologia nacional" do discurso oficial do Estado e amplamente compartilhada pelo senso comum brasileiro até os dias de hoje. Ainda assim, é público e notório que a discriminação racial continua a existir, potencializando todas as formas de desigualdade no país.



ATIVIDADES

1– A visão sociológica do Relativismo Cultural, surgida no século XX, firmou a ideia de que existem no mundo várias culturas diferentes, mas de igual valor entre si. O que é melhor ou correto para um indivíduo depende sempre de sua cultura. As situações da imagem ao lado apresentam qual fenômeno sociocultural relativizado pela sociologia atual?

- a) Etnocentrismo.
- b) Genocídio.
- c) Imperialismo.
- d) Sincretismo.
- e) Colonialismo



2– “(...) a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e capitalista.” Extraído de: FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. vol. 1 e 2. São Paulo: Ática, 1978, p. 20.

O trecho acima refere-se ao fato de que logo após a abolição da escravidão (1888):

- a) o Estado brasileiro não promoveu a educação e a absorção do contingente de negros e mestiços libertos ao mercado-de-trabalho livre, que foi ocupado pelo contingente branco de imigrantes europeus.
- b) os negros e mestiços libertos rapidamente foram acolhidos e contratados como trabalhadores livres e assalariados pelo Estado brasileiro.
- c) o sistema de cotas raciais foi imediatamente implementado pelo Estado brasileiro para integrar os libertos à sociedade e acabar com a desigualdade social e racial no país.
- d) os libertos conseguiram autonomamente contornar a exclusão social promovida pelo Estado Brasileiro reeducando-se para assumir profissões de prestígio e bem pagas.

